



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA



**ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA DAS MEDIDAS QUE
AFETAM O DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL
FEMININO BRASILEIRO**

Bruna Belintani Morais

Larissa da Silva Sobreira

OURO PRETO
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA



Bruna Belintani Moraes

Larissa da Silva Sobreira

**ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA DAS MEDIDAS QUE
AFETAM O DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL FEMININO
BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na disciplina
Metodologia de Pesquisa em
Educação Física do Bacharelado
como requisito básico para obtenção
de título de Bacharel em Educação
Física.

Orientador: Professor Mestre
Renato Lopes Moreira

Co-orientadora: Professora Mestra
Maria Teresa Sudário Rocha



FOLHA DE APROVAÇÃO

Bruna Belintani Moraes

Larissa da Silva Sobreira

Análise histórica e política das medidas que afetam o desenvolvimento do Futebol Feminino brasileiro

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel Bacharel em Educação Física.

Aprovada em 29 de janeiro de 2024

Membros da banca

Prof. Me. Renato Lopes Moreira - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Kelerson Mauro de Castro Pinto - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Emerson Cruz de Oliveira - Universidade Federal de Ouro Preto

Renato Lopes Moreira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Renato Lopes Moreira, TECNICO EM EDUCACAO FISICA**, em 19/02/2024, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0669351** e o código CRC **4314F546**.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as medidas que afetam o desenvolvimento do Futebol feminino no Brasil na perspectiva histórica e política do país. A partir de uma pesquisa histórica, buscando artigos, revistas, entrevistas e livros que destacam as influências que impactam na prática desse esporte, quando realizado por mulheres, além de refletir sobre a mídia e o protagonismo feminino nesse cenário. Com base nesta revisão, pretende-se destacar a urgência de novas medidas para o Futebol feminino, no que diz respeito ao incentivo, relevância midiática, valorização salarial e importância para o brasileiro. A análise se dá nos períodos de pré-proibição, proibição e pós proibição do Futebol feminino, além de pontuar a situação em que se encontrou essa modalidade no recorte da pandemia da COVID-19, elucidando problemas acerca do tema. Dessa forma, o trabalho conclui que urge-se a necessidade de reparações históricas, visto que será a partir do incentivo e valorização que o Futebol feminino terá a notoriedade e perderá toda carga negativa que carrega atrasando seu desenvolvimento.

Palavras-chave: futebol feminino; futebol no Brasil; futebol; mulher; futebol de mulheres; esporte; mulheres.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the measures that affect the development of women's football in Brazil from the country's historical and political perspective. Based on historical research, searching articles, magazines, interviews and books the influences that impact the practice of this sport when performed by women are highlighted, in addition to reflecting on the media and female protagonism in this scenario. Based on this review, we intend to highlight the urgency of new measures for women's football, with regard to incentive, media relevance, salary enhancement and importance for Brazilians. The analysis takes place in the pre-ban, ban and post-ban periods of women's football, in addition to highlighting the situation in which this sport found itself during the COVID-19 pandemic, elucidating problems regarding the topic. Thus, the work concludes that there is an urgent need for historical reparations, since it will be through encouragement and appreciation that women's football will gain notoriety and will lose all the negative charge it carries, delaying its development.

Keywords: women's football; football in Brazil; soccer; woman; women's football; sport; women.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVO.....	2
2.1 Objetivo geral.....	2
2.2 Objetivos específicos.....	2
3. JUSTIFICATIVA	3
4. METODOLOGIA.....	3
5. DESENVOLVIMENTO.....	4
5.1 Pré-proibição: O início do Futebol no Brasil.....	4
5.2 A mulher no Futebol.....	4
5.3 Fim da proibição e a busca pela regulamentação	5
5.4 O Futebol de mulheres oficializado e regulamentado.....	8
5.5 Futebol feminino e a mídia	11
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	16

1. Introdução

O Futebol é o esporte coletivo mais popular do mundo: segundo dados da Federação Internacional de Futebol (FIFA), cerca de 270 milhões de pessoas atuam em atividades diretamente relacionadas ao esporte, sendo 256 milhões praticantes, o que corresponde a 4% da população mundial (GE, 2007). O esporte chegou em solo brasileiro no século XIX, inicialmente restrito à elite, mas que rapidamente venceu a barreira de classe social e atingiu as camadas mais populares.

Lopes (2011) em Generoso (2020), disserta que, comparado aos homens, o Futebol feminino era considerado lúdico e tecnicamente débil, e a participação feminina, tanto em campo quanto nas arquibancadas, se fazia mais pela recreação. Morel e Salles (2006), destacam que mesmo no “país do Futebol”, a modalidade feminina não se desenvolveu adequadamente no Brasil. Diante disso, nos países de forte tradição patriarcal, as mulheres não lutariam apenas contra o preconceito de jogar bola, mas também a favor do direito de praticar qualquer outra atividade esportiva determinada como imprópria para elas.

Segundo Generoso (2020), durante o Estado Novo, a imprensa se mostrava contrária à prática de Futebol por mulheres, publicando cartas e matérias com opiniões médicas, que atestavam os supostos malefícios da modalidade a mulheres. “Com receio de que os estereótipos de ‘rainha do lar’, ‘boa mãe’ e ‘boa esposa’ fossem abandonados, o governo recomendou que fosse realizada uma campanha de propaganda mostrando os malefícios do Futebol para as mulheres” (Marolo *et al.*, 2010, p.3).

O Futebol para mulheres enfrentou historicamente diversos entraves que impossibilitaram e/ou atrasaram seu desenvolvimento, sendo esses entraves, sociais, políticos, barreiras financeiras, de incentivo e de divulgação. Mesmo as mais recentes tentativas oficiais de incentivo ao Futebol Feminino no Brasil, escorregam no sexismo característico de nossa cultura, como foi o caso do Campeonato Paulista Feminino de 2001. À época, reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, revelou que um dos pontos do projeto elaborado pela Federação Paulista de Futebol e pela empresa Pelé Sports & Marketing para o torneio condicionava seu sucesso a ações que enaltecem a beleza e a sensualidade da jogadora para atrair o público masculino (Franzini, 2005, p. 316 e 317). Como declara Ungheri *et al.* (2022), as relações de gênero representam um processo contínuo da produção de poder entre homens e mulheres, oscilando através das sociedades.

Na perspectiva das relações de gênero, Beauvoir (1980, p. 486) em sua obra “Segundo Sexo”, destaca que “a sociedade codificada pelos homens decreta que a mulher é inferior [...]”. A mulher não é vista pelo homem como sujeito. O protagonismo das mulheres no Futebol é um tema que ainda merece grande investimento em termos de pesquisa, produção de fontes e visibilidade. Não é recente o fato de que as mulheres se esforçam e enfrentam desafios para se firmar num campo marcadamente androcêntrico: o esporte (Furlan; Santos, 2008, p. 34).

Como cita Mourão e Morel (2005), em relação ao Futebol feminino, verifica-se que as mudanças, mesmo quando protagonizadas pela mídia, não deslancham. Há nessa modalidade específica um movimento sanfona: quando o contexto parece representar uma condição de estabilidade, permanência e manutenção na mídia e nos campos, observa-se que, de forma dinâmica, acontece um retrocesso desta prática. Então, desde a década de 1930, o Futebol feminino é permeado por polêmicas de diferentes sujeitos sociais, inclusive a mídia: as metáforas associadas às linguagens sobre ele se ancoram em evidências do tipo: fragilidade, estética, masculinização e resistência. Conforme Generoso (2020), somente quando se trata da modalidade jogada por homens, o Brasil é considerado o país do Futebol.

De maneira geral, o Futebol feminino parece ser apenas tolerado pela sociedade brasileira, e ainda não ganhou espaços de visibilidade equivalentes ao Futebol masculino, ou mesmo ao Futebol feminino em outros países (Teixeira; Caminha, 2013, p. 266).

2. OBJETIVO

2.1. OBJETIVO GERAL

O objetivo deste trabalho é analisar e debater as medidas que afetam o desenvolvimento do Futebol feminino no Brasil;

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Destacar as medidas políticas que ainda influenciam e impactam a prática do Futebol pelas mulheres no Brasil;
- Refletir sobre a mídia e os sentidos e significados dados à modalidade;
- Analisar o protagonismo feminino na conquista de espaços dentro do Futebol;

3. JUSTIFICATIVA

Atletas de alto rendimento e mulheres engajadas nas pautas feministas são as principais participações ativas na apelação e repúdio à discrepância de postura da mídia, patrocinadores e espectadores, já que os desafios são encontrados também no consumo do esporte, o que constantemente desmotiva as mulheres em geral. As relações de gênero evoluem de acordo com os novos espaços de discussão (Ungheri *et al.*, 2022, p. 3).

Faz-se necessário que o meio acadêmico, em sua produção, reafirme os fatos históricos que afetam o Futebol feminino e seu desenvolvimento, na intenção de pautar as dificuldades e preconceitos, reforçar e incentivar a permanência e inserção das mulheres nesses espaços pré determinados como masculinos. Sendo assim, este material bibliográfico foi elaborado com o propósito de gerar discussões no campo da Educação Física, a fim da criação de um espaço de primeira representatividade onde a causa seja pragmatizada.

4. METODOLOGIA

A metodologia escolhida para o estudo é a pesquisa histórica, na qual busca-se conhecer e refletir sobre um fenômeno, de modo que seja possível compreender as relações existentes entre conceitos e hipóteses. Entender o processo histórico também é uma forma de analisar e compreender as relações entre História, Tempo, Memória e Espaço (Moretti, 2022, n.p).

Para a elaboração deste trabalho, foram realizadas buscas de artigos, livros, revistas, monografias, dissertações, teses, matérias jornalísticas e sites, tais como: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), GOOGLE ACADÊMICO, PERIÓDICOS CAPES, MUSEU DO FUTEBOL e LUDOPÉDIO utilizando os seguintes descritores e palavras-chave na língua portuguesa: "futebol feminino", "futebol no Brasil", "futebol", "mulher", "futebol de mulheres", "esporte", "mulheres".

A fim de refinar a pesquisa, foram usados artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais da Educação Física e áreas afins com a temática pertinente ao objetivo.

5. DESENVOLVIMENTO

5.1 Pré-proibição: O início Futebol no Brasil

O Brasil, apesar de ser mundialmente conhecido como o “País do Futebol”, só foi receber o esporte no ano de 1894, trazido pelo brasileiro Charles William Miller (Oliveira, 2012, p. 171). Dentro do esporte, ainda em terras inglesas, ele se destacou como atacante e, ao retornar para o Brasil, trouxe consigo o Futebol, que se tornaria mais tarde símbolo nacional. Neste período, o esporte estava vinculado a um recorte específico de gênero, classe e raça: era restrito aos homens brancos e ricos. Aos pobres, negros e mulheres, a prática não era permitida (Broch, 2021, p. 697).

No ano de 1901 a primeira federação de Futebol foi criada, a Federação de São Paulo. No entanto, as desigualdades raciais, de gênero e sociais refletiram de maneira que os grandes clubes eram frequentados por uma pequena parcela da sociedade, logo a população em geral não teve maior contato com o esporte no que se refere à prática profissional (Broch, 2021, p. 697).

Segundo o Arquivo do Senado, publicado em agosto de 2023, Ricardo Westin escreve que este cenário se estendeu por muitos anos, até que em 1930, na Era Vargas (1930-1945), o cenário político evidenciou ainda mais a problemática segregação dentro do esporte, pois foi nessa época que os jogadores foram vistos como profissionais e Getúlio Vargas, presidente do Brasil da época, viu uma oportunidade para aumentar o alcance de seu populismo. Com a Copa do Mundo de 1938, a figura do presidente ficou intimamente ligada ao Futebol.

5.2 A mulher no Futebol

No Brasil, o Futebol sempre esteve associado à masculinidade e, conseqüentemente, ao poder. A falta de poder da mulher na sociedade reduz a credibilidade de seus atos, impondo-lhe a necessidade de constantes ações afirmativas (Ungheri *et al.*, 2022, p. 7). Para reforçar a posição do Futebol como esporte nacional e símbolo da nossa identidade, era necessário torná-lo ainda mais masculino e, aos poucos, foi o que o presidente Vargas fez. Sem que as mulheres pudessem ocupar ou controlar o esporte nacional, os homens detiveram o monopólio do esporte e conservaram o poder em suas mãos (Westin, 2023, n.p).

Em 14 de Abril de 1941, o presidente Vargas assinou o Decreto-Lei de número 3.199, disposto no artigo 54, que ordenava

“Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.”

De forma implícita, as mulheres foram proibidas de jogar, dentre outras modalidades, o Futebol. A partir de então, foram frequentes os jogos femininos cancelados por ordem do Conselho Nacional de Desportos (CND), repartição subordinada ao Ministério da Educação. Houve até partidas encerradas à força pela polícia, como cita a Agência Senado em 2023, órgão de informação vinculado à Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal (Secom).

Neste sentido, havia uma pressão moralista na proibição do Futebol, portanto, faz-se necessário destacar um dos muitos atos de resistência por parte das mulheres. Apesar da proibição imposta, o Estado não tinha controle efetivo, logo as mulheres permaneceram jogando Futebol em locais como periferias e campos de várzea de modo amador ou até mesmo clandestino. Foram essas mulheres que possibilitaram que o Futebol feminino se mantivesse vivo (Broch, 2021, p. 701).

A partir do reconhecimento de que as mulheres insistiam em ignorar o Decreto-Lei, em 1965, durante a ditadura militar, foi então aprovado pelo CND a Deliberação número 7, que registrava a não permissão por parte das mulheres de praticar os tais esportes incompatíveis com a natureza feminina, sendo elas além do Futebol e suas variações, o futsal, polo aquático, rugby, beisebol, halterofilismo e qualquer tipo de luta (Westin, 2023, n.p). Essa foi a época considerada mais severa e opressora em relação a essa proibição, sendo que algumas chegaram a ser presas ao descumprir tal normativa. Assim, a proibição que teve início em 1941 perdurou até o fim da década de 70, quando a deliberação referente a vedação do Futebol para as mulheres foi revogada e só aí a presença feminina no esporte passou a crescer.

5.3 Fim da proibição e a busca pela regulamentação

No ano de 1977, houve parlamentares que pressionaram pela legalização do Futebol feminino (Westin, 2023, n.p). O principal questionamento foi feito por uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), formada por senadores e deputados, mas só em 1983 a CND considerou que a prática do Futebol era legal e o regulamentou. Quando a CPI aconteceu, segundo a Agência Senado, nenhuma jogadora de Futebol foi ouvida, já que não haviam estrelas nacionais, fruto da proibição da prática e a própria CPI da Mulher, em certos aspectos, refletiu

o sexismo institucionalizado, já que, dos 22 senadores e deputados integrantes, 21 foram homens. Mulher, apenas a deputada Lygia Lessa Bastos. Dentro desse cenário, a comissão então, recebeu a ex-nadadora Maria Lenk, pioneira em premiações dentro da sua modalidade. Ela afirmou aos parlamentares que o veto às futebolistas se refletia negativamente em todos os esportes, inclusive nos autorizados pelo governo, e lembrou que, dos atletas registrados nas federações, só 6% eram mulheres.

Segundo a historiadora Giovana Capucim e Silva, respondendo à Agência Senado, o veto esteve ligado ao nacionalismo que Vargas impôs ao país no esforço de legitimar a ditadura do Estado Novo. Ela ainda acrescenta que não existe esporte que seja masculino ou feminino por si só. Trata-se de uma construção, uma interpretação cultural. Westin (2023) acrescenta como o esporte é uma invenção humana, ele ganha o significado que lhe damos, sendo construído, o significado cultural também pode ser desconstruído.

A CPI se encerrou em outubro de 1977, seis meses depois de seu início. A elaboração do relatório final coube à única mulher da comissão, Lygia Bastos. No documento, ela fez uma série de recomendações ao poder público com o fim de diminuir a desigualdade de gênero no Brasil e pediu a revogação das normas que limitavam aqueles esportes permitidos às mulheres, além de recomendar que o poder público estimulasse a presença delas na direção das entidades esportivas, mas apesar dos esforços, a proibição só viria a cair dois anos depois.

Segundo Silva (2015), em 1979, a FIFA sinalizava que reconheceria o Futebol feminino, que já era praticado por elas tanto como forma de lazer, quanto nas várzeas e/ou como forma beneficente. A prática do Futebol de mulheres (e de outros esportes), juntamente da internacionalização da modalidade possibilitaram que no dia 21 de dezembro de 1979, a Deliberação nº 07/65 fosse derrubada. Como citado por Haag (2023), de início aparentava que devido ao fato de a Deliberação ter caído, o Futebol e os outros esportes estavam liberados para as mulheres praticarem. Entretanto, o CND alegava aguardar a oficialização e regulamentação da prática pela FIFA, que fazia promessas vazias e pouco efetivas, enquanto a CBF tinha menos interesse ainda. Assim, mesmo com a queda da proibição, o Futebol feminino seguiu clandestino.

O Diário do Paraná (1982, p. 2), relatou:

O futebol feminino continua proibido no Brasil. Essa é a versão dada ao DP pelo coronel Osni Vasconcellos, presidente do Conselho Estadual de Esportes, órgão vinculado ao CND, a propósito de informações que o CND estaria estudando a regulamentação do futebol feminino em nosso país. O que há é uma pressão de cariocas em cima do CND para que seja regulamentada essa prática. Mas isso é muito difícil. O que não se pode proibir, segundo o coronel Osni Vasconcellos, é a prática

do futebol feminino como lazer. Por exemplo, num campinho do Parque Barigui, na praia, etc. Em campo de futebol profissional está proibido.

A fala do coronel evidencia alguns pontos importantes: o Futebol poderia ser um meio de lazer e um passatempo para a mulher, mas não uma profissão tal qual era para os homens. Paralelo a isso, haviam mulheres, principalmente do Rio de Janeiro, pressionando para que a prática fosse regulamentada e liberada em âmbito profissional, mas os órgãos responsáveis não tinham interesse em ceder. A partir de pesquisa na Gazeta do Esporte, em reportagem intitulada “Público vibrou com as meninas em campo” Goellner (2021), parafrazeou que em setembro de 1982, as seleções dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro realizaram uma partida entre as mulheres como preliminar de um jogo do São Paulo contra o Corinthians, que acabou sendo uma estratégia para pressionar a regulamentação da modalidade pelas instituições cabíveis. “A tentativa de impedir sua realização foi contornada pela organização do evento que atribuiu ao jogo o caráter de espetáculo, diminuindo inclusive seu tempo de duração”.

No ano seguinte, em 11 de abril, era publicado pelo Diário Oficial da União a Deliberação nº 01/83 do Conselho Nacional de Desportos que previa a regulamentarização do Futebol de mulheres, entretanto, vetava a profissionalização das mulheres na modalidade: “É vedada, no Futebol feminino, a prática de profissionalismo, até que a mesma seja regulamentada por lei”. O general Montagna (1983, p. 26, apud. Haag, 2023, p.33), afirmava que a profissionalização passaria por grandes resistências:

No momento há vários empecilhos. Primeiro, porque isso acarretaria o surgimento de novos clubes e acho que a existência de 414 times de futebol profissional, atualmente no Brasil, já é um absurdo. Depois, seria preciso mexer com a legislação trabalhista e com a lei que regulamenta o futebol profissional. E há ainda uma posição contrária por parte do Ministério do Trabalho.

Além da Deliberação trazer a obrigatoriedade da modalidade e seguir o regulamento da International Football Association Board, ela trouxe especificações quanto ao campo, substituições, bolas, chuteiras, numeração das atletas, duração de jogos, sendo a última, 70 minutos totais ao invés dos 90 minutos jogados pelos rapazes. “A Deliberação nº01/83 não foi dada às brasileiras, mas foi mais uma conquista delas” (Haag, 2023, p. 35).

5.4 O Futebol de mulheres oficializado e regulamentado

Segundo Almeida e Pisani (2015), a proibição que perpetuou até 1979 fez com que as jogadoras da década de 1980, enfrentassem dificuldades e conquistassem respeito e reconhecimento, assim conseguindo estabelecer competições regionais e nacionais para o Futebol feminino. Dessa forma, após as mulheres poderem legalmente praticar a modalidade, participar de competições e organizar equipes regionais, a FIFA organizou a primeira Copa do Mundo de Futebol Feminino em 1991, na China, após o torneio experimental sediado no mesmo país em 1988, no qual o Brasil conquistou o bronze nos pênaltis. O primeiro gol em torneios FIFA marcado pela seleção teve autoria da zagueira Elane, na vitória contra o Japão.

Segundo Goellner (2021), a CONMEBOL (Confederação Sul-Americana de Futebol), organizou o I Campeonato Sul-Americano, também no ano de 1991, que foi disputado em Maringá e teve a seleção brasileira se consagrando campeã. E esses eventos, induziram a CBF a selecionar e recrutar novos talentos, interferindo nas movimentações das atletas (Darido, 2002; Almeida, Pisani, 2015, n.p. apud. Brum; Nascimento; Pereira p. 98). De acordo com Telles (2017), em 1996, o Comitê Olímpico Internacional (COI) de forma inédita, permitiu a participação do Futebol feminino nas Olimpíadas de Atlanta, tendo o Brasil terminado sua campanha em quarto lugar.

O ano era 1999, quando nos Estados Unidos da América, o Brasil conquistou sua primeira medalha em uma competição oficial FIFA. Com resultados expressivos na primeira fase (7x1 - vitória contra o México, 2x0 - vitória contra a Itália e um empate com a Alemanha), o time avançou para as quartas de finais, em que o gol de Sissi consolidou a vitória contra a Nigéria sendo lembrado como um dos mais bonitos de torneios mundiais. O Brasil conquistou o bronze ao vencer a Noruega na disputa de pênaltis. No ano seguinte, nos Jogos Olímpicos de Sydney, na Austrália, a seleção brasileira terminou a competição em quarto lugar.

No ano em que foram eliminadas nas quartas de final da Copa do Mundo de 2003, as mulheres conquistaram o ouro nos Jogos Pan-Americanos de São Domingo, na República Dominicana. Deu-se início a geração mais vitoriosa do Futebol feminino brasileiro, que em 2004, na Grécia, conquistou a prata nos Jogos Olímpicos e em julho de 2007, no Pan-Americano do Rio, como o Maracanã lotado e uma goleada de 5x0, conquistou o ouro vencendo os Estados Unidos. Em setembro desse mesmo ano, conquistou a segunda posição da Copa do Mundo da Alemanha. De acordo com Cunha (2016) em Telles (2017), o expressivo desempenho das mulheres no ano de 2007, nos campeonatos internacionais e a pressão da FIFA para a criação de uma Liga de Futebol Feminino, fez com que o então presidente da CBF, Ricardo Teixeira, organizasse o primeiro torneio oficial para mulheres. Assim surgiu a Copa do Brasil de Futebol

Feminino, uma competição esquematizada em forma de eliminatórias (mata-mata) com 32 equipes e que teve seu fim em 2016.

A primeira Libertadores feminina teve início no ano de 2009, com 10 equipes e foi conquistada pelo Santos que em sua escalação contava com a jogadora Marta, que nessa época já era considerada três vezes a melhor jogadora de Futebol do mundo e Cristiane que foi a artilheira da competição com 15 gols. Na mesma temporada o alvinegro praiano conquistou também a Copa do Brasil. No ano de 2013, criou-se - paralelo à Copa do Brasil de Futebol Feminino - o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino. Nesta competição, 20 equipes disputaram o título durante a temporada. As equipes vencedoras dessas duas competições - Copa do Brasil e Campeonato Brasileiro - ganharam, cada uma, uma vaga para disputar a Copa Libertadores da América de Futebol Feminino (Almeida; Pisani, 2015, n.p.).

Um novo ciclo foi iniciado no ano de 2014, com o técnico Oswaldo Fumeiro Alvarez (Vadão). Criava-se uma seleção permanente com o objetivo de colocar em atividade jogadoras que não tivessem seu calendário esportivo preenchido e assim se prepararem para disputar a Copa de 2015 e as Olimpíadas de 2016. Com o Canadá de anfitrião, a Copa de 2015 foi marcada por uma primeira fase de alto desempenho, mas o Brasil acabou eliminado nas oitavas de final. Nesse mesmo ano, sagraram-se campeãs do Pan-Americano do Canadá.

Já em 2016 a seleção voltou a jogar em casa nas Olimpíadas do Rio, mas acabaram ficando fora do pódio, o que marcou a saída de Vadão e a entrada de Emily Lima, que se tornou a primeira mulher a dirigir a seleção principal. Em março deste mesmo ano, segundo De Almeida (2019, p. 74 e 75), a FIFA introduziu a paridade de gênero na regulamentação do Futebol mundial, no Artigo 23 do Estatuto da FIFA aponta que:

Os estatutos das confederações deverão cumprir com os princípios de governança e, em particular, deverão incluir como mínimo, determinadas disposições relativas às seguintes matérias: (...) Constituição dos órgãos legislativos de acordo com os princípios de representatividade democrática, tendo presente a importância do gênero no futebol.

Esta foi a primeira vez que o órgão incluiu a palavra gênero entre suas proposições e se repetiu no Artigo 2 sobre garantia de melhores condições para a prática independente de gênero ou idade; no Artigo 4 que proíbe qualquer ação de discriminação, seja por questões étnicas, religiosas, sociais, políticas, relativas a gênero, sexualidade, etc.; no Artigo 15 sobre as funções das Federações e por fim a inclusão no Artigo 49, sobre as funções das Federações.

Segundo De Laurentiis (2016), ainda no ano de 2016, a CONMEBOL aprovou seu novo regulamento de licenciamento aos clubes participantes da Copa Libertadores da América e da Copa Sul-Americana. A novidade presente neste regulamento era que a partir de 2019, só poderiam participar dos torneios os times que possuísem uma equipe e uma categoria de base feminina ou associassem-se a um clube que tivesse, obrigando os solicitantes a promoverem suporte técnico, equipamentos e infraestrutura. Os times femininos deveriam estar inscritos em competições nacionais ou regionais.

A tendência foi acompanhada pela CBF, que passou a exigir que os clubes brasileiros também mantivessem equipes femininas (De Alencar *et al.*, 2020, p. 63). Em setembro de 2017, passados 10 meses da contratação, Emily foi demitida. Para o cargo, foi contratado o ex-técnico, Vadão. A atitude gerou revolta entre as futebolistas: afirmaram que a treinadora não havia tido tempo hábil para mostrar resultados (De Almeida, 2019, p. 78). A demissão gerou revolta entre as jogadoras, que entregaram uma carta ao então presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, assinada por 24 jogadoras, em que pediam que a demissão fosse revista. No mesmo ano, oito ex-jogadoras publicaram uma carta aberta que denunciava a falta de apoio destinado à modalidade, além da inexistência de mulheres em cargos diretivos da CBF.

No ano de 2019, o Futebol feminino começou a ganhar um maior espaço e projeção. Os times que cumpriram as novas regras da CBF passaram a disputar o Brasileirão série A2, que agora contava com 36 equipes e a rede Globo transmitiu nacionalmente os jogos da seleção feminina na Copa do Mundo pela primeira vez. De acordo com De Souza *et. al* (2020), a Copa de 2019 disputada na França teve recordes de audiência, com mais de um bilhão de pessoas assistindo pela televisão ou internet. Ainda nesse ano, a FIFA aprovou a ampliação do número de seleções participantes da Copa, a partir da edição seguinte, a competição contaria com 32 equipes, tal qual o formato masculino.

De acordo com Lima, Quadrado & Knijnik (2023), houve um fortalecimento de ações voltadas para o Futebol de mulheres a partir da repercussão que teve em nosso país, principalmente partindo da entidade máxima. Ampliação de campeonatos, criação de novas competições, acordos de transmissão dos jogos e a inserção de mulheres em cargos de comando no Futebol brasileiro foram alguns dos reflexos da boa repercussão da Copa do Mundo da França. Após o torneio, nesse mesmo ano, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), contratou a sueca Pia Sundhage para comandar a seleção brasileira.

A pandemia de COVID-19 assolou o mundo em 2020, trazendo uma crise sanitária, econômica, social e política. O Futebol sofreu com as suspensões de campeonatos por tempo indeterminado, crises financeiras e até mesmo desvios de verbas. A reportagem de Ana

Canhedo e Maurício Oliveira, de maio de 2020, no GE, trazia luz ao amadorismo que a modalidade é levada. A notícia revelava que a maioria dos dirigentes dos 52 times brasileiros que receberam uma verba distribuída de R\$ 3,7 milhões de reais para o Futebol feminino, não repassaram este dinheiro. Pela falta de fiscalização por parte da CBF, muitas jogadoras ficaram sem seus salários, resultando no desamparo maior das jogadoras. Segundo Lima, Quadrado & Knijinik (2023, p. 147):

Uma das questões que está no princípio deste problema é a ausência de um departamento específico para cuidar do futebol de mulheres dentro da CBF, o que faz com que fique ainda mais difícil para as atletas conseguirem respaldo da confederação quando buscam seus direitos.

Houve cortes de salários, demissões, reestruturações durante o tempo de pandemia. A primeira competição masculina a retornar suas atividades foi o Campeonato Carioca, que teve seu início em 18 de junho de 2020 (El País, 2020). Enquanto o Futebol feminino teve seu retorno um pouco mais de dois meses após o masculino, em 26 de agosto de 2020, segundo Soares (2020). De acordo com GE (2020), no evento organizado por Ronaldo Fenômeno, World Football Summit, a conselheira jurídica do FIFPro (Sindicato Internacional de Jogadores de Futebol), Alexandra Gómez Bruinewoud, destacou:

Como qualquer pessoa que se interessa por futebol em geral e futebol feminino em particular, nós estamos realmente preocupadas com o que pode acontecer. Neste momento, não basta dizer "ok, vamos investir no futebol feminino o mesmo (que no masculino), o que não é nem de longe a realidade. Tem que ser mais, o futebol feminino precisa de apoio extra, porque as estruturas são fracas e não uma base.

Em maio de 2021, a CBF anunciou que no ano seguinte, o Brasileiro feminino contaria com uma nova divisão, a série A3, com 32 clubes envolvidos na disputa. Segundo o GE (2021), a série A2 passou a contar com 16 clubes, tal qual a série A1 e dessa forma o Campeonato Brasileiro passou a ter três divisões e 64 agremiações.

O ano de 2022 foi o de pontapé da Supercopa do Brasil de Futebol Feminino, organizada pela CBF. Segundo o então presidente da Confederação, Rogério Caboclo (CBF, 2021), a competição foi mais um passo na valorização e incentivo da modalidade, buscando atender a demanda e ampliar o calendário para que as atletas joguem em alto nível durante o ano inteiro. A disputa consiste em 8 equipes que se enfrentam no sistema de mata-mata, em que, num confronto entre duas equipes a perdedora é eliminada e a ganhadora avança no torneio.

Entende-se que o Futebol feminino lutou para existir, ser levado a sério e resistir à toda oposição. Segundo a historiadora Giovana Capucim e Silva (2015), o poder público tem hoje a obrigação de promover o Futebol Feminino:

“Se foi o Estado que proibiu o esporte por tanto tempo e levou às dificuldades que vemos agora, não há nada mais justo do que promover medidas de reparação. [...] Mas ainda há muito a fazer. Uma das medidas mais urgentes é investir no futebol de base. É praticamente impossível formar atletas profissionais sem incentivar e financiar as crianças e as adolescentes.”

5.5 Futebol feminino e a mídia

Com o fim da proibição oficial, conforme registrado na Agência Senado, nomes de grande influência no meio do esporte passaram a se manifestar negativamente sobre a liberação, como por exemplo o Pelé, referência mundial do Futebol masculino brasileiro, que citou que poderia ser passatempo, mas não um esporte verdadeiro para mulheres, o que evidenciou ainda mais na mídia a forte opinião que ainda permeava entre os praticantes e consumidores do esporte. Na posição de comentarista esportivo, em 1979, João Saldanha alegou de forma sarcástica o desconforto que um homem sentiria ao ouvir de uma mulher que sua profissão seria jogadora de Futebol, dando a entender que isso tiraria o encanto e admiração que poderia ser sentido por aquela mulher (Westin, 2023, n.p).

Além da ausência de apoio da prática esportiva por mulheres, os campeonatos que aconteciam não eram noticiados e quando noticiados, desviavam o foco do esporte e tornava o jogo feminino como tedioso, amador, ou de baixa qualidade. Ao observar a quantidade de publicações nas páginas dos jornais impressos, torna-se evidente o contraste cultural adquirido pelo Futebol quando acrescido do vocábulo feminino (Freitas Jr.; Gabriel, 2018, p.2). Na medida em que o Futebol de mulheres despertava curiosidade e interesse de uma parte da imprensa e do público, percebe-se que há muitas críticas referentes a essa prática (Silva, 2019, p. 5 e 6). É o caso, por exemplo, do Sr. Mello Mattos (Juiz de Menores), que em reportagem publicada pelo Jornal do Brasil afirmou:

[...] é uma coisa indecente, imoral e escandalosa, [...] E mais: não se compreende que essas meninas estejam expostas a um espetáculo tão deprimente, sujeitas a atitudes e situações vexatórias que o próprio jogo provoca. [...] Nenhum pai ou tutor que se preze e seja digno desse nome permitirá suas filhas ou tuteladas menores dedicarem-se a essa imoralidade, sacrificarem o seu pudor e, portanto, a sua maior beleza (p.6).

Mello Mattos adjetivou a prática do Futebol de mulheres como indecente, imoral e escandalosa. Há nessa qualificação uma rejeição não à prática, mas ao corpo que a exerce. (Silva, 2019, p. 6). De acordo com Beauvoir (1980):

Para ser graciosa, ela deverá reprimir seus movimentos espontâneos; pedem-lhe que não tome atitudes de menino, proibem-lhe exercícios violentos, brigas: em suma, incitam-na a tornar-se, como as mais velhas, uma serva e um ídolo (p.23).

Certamente, a cultura do sexismo e o histórico de proibições e assertivas sociais que argumenta que “Futebol não é coisa de mulher”, relacionando apenas a práticas masculinas, traz a percepção de que, mesmo sendo atleta de alta performance, isso não é o suficiente para uma mulher provar a sua capacidade e obter reconhecimento. Um exemplo disso é o caso da atacante Marta, camisa 10 da seleção brasileira, cinco vezes eleita a melhor do mundo pela FIFA, artilheira do Mundial Feminino com 15 gols, maior artilheira da seleção brasileira (masculina e feminina) com 100 gols e ídolo no meio futebolístico. Apesar de todo o foco relacionado ao Futebol feminino ser em torno dela, a jogadora não chega nem perto de ter o reconhecimento e apoio de um jogador em ascensão no Futebol masculino. (Januário, 2017, p. 35).

Conforme cita Araújo e Ribeiro (2002), uma das mais importantes transformações sociais ocorridas no Brasil foi o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. A População Economicamente Ativa (PEA) feminina cresceu 260% entre 1970 e 1990, enquanto a masculina apenas 73%, de acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Embora o Futebol seja muitas vezes compreendido como um esporte que confere altos salários aos atletas, essa é uma realidade que se restringe a uma minoria, que se torna ainda mais restrita quando focalizamos a modalidade específica do Futebol feminino (Kopanakis *et al.*, 2021, p. 298).

As diferenças salariais, de tratamento e estruturais podem ser observadas com os dados coletados por Monalisa Ceolin, para o site “Politize!” cuja matéria se intitula como “O que a Copa do Mundo Feminina revelou sobre a desigualdade de gênero?”, datada de agosto de 2019. Em uma pesquisa feita pela UN Women, organização das Nações Unidas dedicada à igualdade de gênero, em 2018, chegou-se ao resultado comparativo de que o salário anual de Messi era

duas vezes superior ao salário de 1693 (um mil seiscentas e noventa e três) jogadoras das sete ligas principais do Futebol feminino (Castro, 2022, p. 36).

Segundo Kinijnik e Vasconcellos (2003), a baixa periodicidade/visibilidade proporcionada à seleção de Futebol feminino nos diversos veículos jornalísticos está relacionada à inserção das mulheres em um campo que ao longo da história brasileira vem sendo considerado como próprio e propício ao gênero masculino. Por isso, nem os ótimos resultados alcançados pela equipe nas competições outrora disputadas, têm conseguido alterar essa condição (Freitas Jr.; Gabriel, 2018, p.10).

Para Édison Gastaldo (2009) a Copa do Mundo é um fato social de enorme importância na cultura brasileira contemporânea, e cujo acesso está estreitamente vinculado a seu caráter mediatizado. Entretanto, é importante apontar que o campeonato comentado pelo antropólogo se refere à prática masculina, visto a notória invisibilidade da competição feminina (Januário, Veloso, Cardoso, 2016, p. 171).

No ano de 2019, as atividades laborais em todo território nacional foram modificadas a partir dos jogos da seleção brasileira, liberando seus funcionários para acompanhar os jogos. Todos os veículos de comunicação, como televisão, redes sociais, rádios e revistas físicas e virtuais direcionaram grandes destaques e horários nobres para cobertura dos jogos de uma maneira geral, mas principalmente dos jogos e bastidores da seleção masculina do Brasil. Nas ruas, via-se lojas preparadas com trajes em verde e amarelo para os torcedores se agregarem e torcerem juntos pela seleção. Em 2023, nenhuma mudança ocorreu em atividades laborais, a cobertura se fez apenas em canais específicos de esporte e os demais veículos não se empenharam da mesma forma para cobrir o campeonato em si e, principalmente, a seleção brasileira feminina.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos depararmos com os fatos históricos e políticos, urge-se a necessidade de reconhecimento do esforço, dedicação, conquista e luta feminina, que vem desde o início da modalidade no país, visto que o prejuízo sentido décadas depois do surgimento do esporte no Brasil, parte do contexto em que o Futebol feminino se encontra.

Dentro da produção deste trabalho, notou-se de fator limitante o decréscimo de referências em assuntos específicos, como o cenário do Futebol feminino durante a pandemia de COVID-19, principalmente artigos tratando sobre os anos subsequentes a 2020. Além da

impossibilidade de se estender no tema, esbarramos no uso repetido de uma mesma referência. Outro fator limitante foi o acesso a algumas obras e produções que não eram de domínio público ou exigiam acesso pago e isso cerceou a citação de outros autores e fontes.

Em contrapartida, essa obra traz a possibilidade de futuros estudos a partir de entrevistas com mulheres envolvidas diretamente com a vivência descrita, como jogadoras já aposentadas ou que atuam na profissão ou mulheres que consomem e/ou estudam o Futebol, entre outros. A partir da discussão, evidenciar essa temática ressalta na atualidade o que nunca deve ser deixado de lado. Outra possibilidade de futuros estudos é o aprofundamento em datas e acontecimentos abordados em nosso trabalho, como os acontecimentos durante e pós pandemia da COVID-19 e desenvolver uma discussão maior sobre os efeitos deles no Futebol de mulheres. Há também, a possibilidade de discutir em um contexto mais regional o Futebol de mulheres, aprofundando a linha temporal em alguns estados e debatendo quais lutas e ações foram desenvolvidas lá.

Outrossim, há uma dívida histórica nesse país que se seguirá por muitos anos até que a igualdade seja alcançada. Em 2023, na Copa do Mundo Feminina, Marta discursou após o penúltimo jogo que a seleção brasileira viria a enfrentar, afirmando:

“Eu não tinha uma ídola no Futebol feminino. Vocês (jornalistas) não mostravam o Futebol feminino. Como eu ia entender que eu poderia ser uma jogadora, chegar à seleção, sem ter uma referência? Hoje a gente sai na rua e os pais falam: 'Minha filha quer ser igual a você'. Hoje temos nossas próprias referências. Não teria acontecido isso sem superar os obstáculos" (...) “É uma persistência contínua. A gente pede muito que a nossa geração continue assim. A vovó que torce pro Corinthians. A gente fica feliz em ver tudo isso. Há 20 anos, em 2003, ninguém conhecia a Marta. Em 2022, viramos referência para o mundo inteiro” (ESPN, 2023).

Valorizar o Futebol feminino é garantir a inspiração para a geração atual e as futuras, principalmente se for levado em conta que o Brasil está com candidaturas para sediar as Copas do Mundo de Futsal em 2025 e de Futebol em 2027. Um esporte mais forte e desenvolvido é garantir uma reparação histórica e fortalecimento cultural feminista no Brasil, trazendo um futuro promissor para o Futebol feminino no país.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Caroline Soares; PISANI, Mariane da Silva. Carreiras e profissionalismo de futebolistas brasileiras após a regulamentação do Futebol Feminino no Brasil. *Labrys, études féministes*. Jul./Dez. 2015.

ARAÚJO, Verônica Fagundes; RIBEIRO, Eduardo Pontual. Diferenciais de salários por gênero no Brasil: uma análise regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 33, n. 2, p. 196-2017 abr-jun. 2002. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1748>>. Acesso em: 24 de novembro de 2023.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

BRASIL. Deliberação CND nº 01/1983, 25 mar. 1983. Dispõe sobre normas básicas para a prática de futebol feminino. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Ministério da Educação e Cultura, Brasília, DF, 11 abr. 1983. Seção I, p. 5794.

BRASIL. Decreto-Lei de número 3.199, 14 de abril de 1941, capítulo IX, artigo 54. Disposições Gerais e Transitórias. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Poder Executivo. Brasília, DF, 16 de abr. 1941.

SILVA, Giovana Capucim e. Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1941 - 1983). **Biblioteca Digital USP**, São Paulo, p. 135, 2015. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10092015-161946/pt-br.php>>. Acesso em 10 de março de 2023.

BROCH, Marina. Histórico do futebol feminino no Brasil: considerações acerca da desigualdade de gênero. **TEMPORALIDADES**, 2021. Disponível em <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/26283>>. Acesso em 15 de outubro de 2023.

BRUM, Nascimento & Pereira. TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DAS ATLETAS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL FEMININO. **ARQUIVOS em MOVIMENTO**, v.15, n.2, p.95-110, Jul- dez 2019.

CANHEDO, Ana; OLIVEIRA, Maurício. Das ameaças a atletas à verba da CBF retida: pandemia escancara amadorismo do futebol feminino. **GE**, 14 mai. 2020. Disponível em: <<https://ge.globo.com/futebol/futebol-feminino/noticia/das-ameacas-a-atletas-a-verba-da-cbf-retida-pandemia-escancara-amadorismo-do-futebol-feminino.ghtml>>. Acesso em 03 de dezembro de 2023.

CBF confirma para 2022 a Série A3 do Brasileiro de Futebol Feminino. **GE**, Rio de Janeiro, 18 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://ge.globo.com/pb/futebol/noticia/cbf-confirma-para-2022-a-serie-a3-do-brasileiro-de-futebol-feminino.ghtml>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2024.

CBF cria Supercopa do Brasil de Futebol Feminino a partir de 2022. **CBF**, 04 de fev. 2021. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/index/cbf-cria-supercopa-do-brasil-de-futebol-feminino-para-temporada-2022>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2024.

DE ALENCAR, Amanda Azevedo et al. As seleções brasileiras de futebol feminino e empoderamento das mulheres. **Revista Ensino, Saúde e Biotecnologia da Amazônia**, v. 2, n. esp., p. 60-65, 2020.

DE ALMEIDA, Caroline Soares. O Estatuto da FIFA e a igualdade de gênero no futebol: histórias e contextos do Futebol Feminino no Brasil. **FuLiA/UFMG**, v. 4, n. 1, p. 72-87, 2019.

DE CASTRO, Déborah Nascimento. As disparidades entre os gêneros no mercado de trabalho: Um olhar sob o futebol feminino. 2022. 60, 1 vol. Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

DE LAURENTIIS, Francisco. Para jogar a Libertadores masculina, clubes terão que montar time feminino. **ESPN**, 30 de set. de 2016. Disponível em: <http://www.espn.com.br/noticia/635254_para-jogar-libertadores-masculina-clubes-terao-que-montar-time-feminino>. Acesso em: 25 de janeiro de 2024.

DE SOUZA, Gustavo Lopes Pires et al. Futebol feminino: espaço em construção. **Acta jurídica peruana**, v. 3, n. 1, p. 75-91, 2020.

Especialistas cobram ajuda ao futebol feminino maior que ao masculino na pandemia de Covid-19. **GE**, Rio de Janeiro, 08 de jul. 2020. Disponível em: <<https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/especialistas-cobram-ajuda-ao-futebol-feminino-maior-que-ao-masculino-na-pandemia-de-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 26 de jan. de 2024.

FIFA: 265 MILHÕES JOGAM FUTEBOL NO MUNDO. **Globo Esporte**, Zurique, 31 de maio de 2007. Disponível em: <<https://ge.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/Campeonatos/0,,MUL45389-4840,00-FIFA+MILHOES+JOGAM+FUTEBOL+NO+MUNDO.html>>. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa pra macho?” Pequeno esboço para história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, pp. 315–28, Dez, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/nTrFPPWwPkMTKPMmBmtRwCc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 22 de maio de 2023.

FREITAS JR, Miguel Archanjo de; GABRIEL, Bruno José. Quantas vezes, o que e como a seleção brasileira de futebol feminino foi noticiada? Analisando a cobertura esportiva da Folha de São Paulo em 2015. **RECORDE [revista de história do esporte]**, 2018. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/17903>>. Acesso em maio de 20 de 2023.

FURLAN, Cássia Cristina; SANTOS, Patrícia Lessa dos Santos Futebol Feminino e as barreiras do sexismo nas escolas: reflexões acerca da invisibilidade. **Motrivivência**. Maringá, vol 30, p 28-43, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2008n30p28>>. Acesso em 25 de maio de 2023.

GASTALDO, Édison. “O país do futebol” mediatizado: mídia e Copa do Mundo no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 22, julho-dezembro, 2009, p. 352-369. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/VsTMZSGjm583CGxKDYnRmxb/?lang=pt>>. Acesso em setembro de 2023.

GENEROSO, Natane. Futebol Feminino e seus entraves: a (des) construção do esporte no Brasil. 1ª Edição. Natal, Rio Grande do Norte: Editora Primeiro Lugar, 2020.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e Futebol no Brasil: Descontinuidades, resistência e resiliência. **MOVIMENTO [revista de Educação Física da UFRGS]**, 2021. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/110157>>. Acesso em 29 de novembro de 2023.

HAAG, Fernanda Ribeiro. “O futebol feminino era uma das coisas que estava acontecendo”: as mobilizações do futebol de mulheres durante a transição democrática brasileira (1977-1983). **FuLiA / UFMG**. Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 9-37, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/45285>>. Acesso em Setembro de 2023.

HAAG, Fernanda Ribeiro. Futebol feminino, a sensação do momento: o futebol de mulheres nas páginas paranaenses (1934-1983). **RECORDE [revista de história do esporte]**, 2021. Disponível em <<https://revistas.ufjf.br/index.php/Recorde/article/view/48973/26606>>. Acesso em 16 de outubro de 2023.

HAAG, Fernanda Ribeiro. “O futebol pode não ter sido profissional comigo, mas eu fui com ele”: trabalho e relações sociais de sexo no futebol feminino brasileiro. **Mosaico**, 2018. Volume 9 – Número 14 - 2018. Disponível em <<https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/73997>>. Acesso em novembro de 2023.

JANUÁRIO, Soraya Barreto. Marta em notícia: A (in)visibilidade do futebol feminino no Brasil. **FuLiA/UFMG**, Belo Horizonte, 2017, 28–43. Disponível em: <<https://doi.org/10.17851/2526-4494.2.1.28-4>>. Acesso em: 13 de março de 2023.

JANUÁRIO, Soraya Barreto; VELOSO, Ana Maria Conceição; CARDOSO, Laís Cristine Ferreira. Mulher, mídia e esportes: A Copa do Mundo de futebol feminino sob a ótica dos portais de notícias pernambucanos. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, Vol. 18, nº 1, janeiro-abril, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/4635>>. Acesso em 2 de janeiro de 2024.

KESTELMAN, Amanda; BARLEM, Cintia. A História do Futebol Feminino no Brasil. **Interativos GE**, 2019. Disponível em: <<https://interativos.ge.globo.com/futebol/selecao-brasileira/especial/historia-do-futebol-feminino>>. Acesso em: 13 de março de 2023.

KNIJNIK, Jorge Dorfman; VASCONCELLOS, Esdras Guerreiro. Sem impedimento: o coração aberto das mulheres que calçam chuteiras no Brasil. In: COZAC, J. R. L. (org.). Com a cabeça na ponta da chuteira: ensaios sobre a psicologia do esporte. São Paulo: Annablume, 2003, p. 75-89.

KOPANAKIS, Annie Rangel; DE OLIVEIRA, Débora Ortolan Fernandes; AIELLO-VAISBERG, Tania Maria José. **Revista Thema**, Pelotas, v. 20, p. 287–302, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1848>>. Acesso em: 24 de novembro de 2023.

LIMA, A. L. E. de; QUADRADO, R. P.; KNIJNIK, J. A peste e o futebol de mulheres: a mídia brasileira e a gestão do futebol durante a pandemia da covid-19. **FuLiA/UFMG [revista sobre Futebol, Linguagem, Artes e outros Esportes]**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 130–154, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/45299>. Acesso em: 3 dez. 2023.

MAROLO, Paula; CASTRO, Caio Colagrande e GENNY, Maria. A problemática da imprensa na cobertura do futebol feminino brasileiro. *Videre Futura Revista Científica Digital*, ano 1 vol. 1, 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/julli/Downloads/a-problematica-da-imprensa-na-cobertura-do-futebol-feminino-brasileiro-paula-marolo-caio-colagrande-castro-maria-genny-issn-x.pdf>>.

MOREL, Márcia, SALLES, José Geraldo. Futebol Feminino.. **Atlas do Esporte Brasil**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/53.pdf>>. Acesso em 13 de março de 2023.

MORETTI, Isabella. Pesquisa Histórica: o que é, como fazer e exemplos. **Regras para TCC**, 16 de set. de 2022. Disponível em:<<https://regrasparatcc.com.br/primeiros-passos/pesquisa-historica/>>. Acesso em 13 de março de 2023.

MOURÃO, Ludmila; MOREL, Márcia. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, vol. 26, n. 2, 2005, pp. 73-86. Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/148/157>>. Acesso em 10 de agosto de 2023.

OLIVEIRA, Alex Fernandes de. Origem do futebol na Inglaterra no Brasil. **RBFF [Revista Brasileira De Futsal E Futebol]**, 2012. Disponível em <<http://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/154>>. Acesso em 2 de outubro de 2023.

PIRES, Breiller. A controversa volta do futebol, sem público e sob a sombra do coronavírus. **EL PAÍS**, São Paulo, 23 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/esportes/2020-07-23/a-controversa-volta-do-futebol-sem-publico-e-sob-a-sombra-do-coronavirus.html>>. Acesso em: 26 de jan. de 2024.

SILVA, Kelen Katia Prates. “É uma coisa indecente, imoral e escandalosa”: os primeiros relatos sobre o football feminino na imprensa do Rio de Janeiro (1910-1920), **RECORDE [revista de história do esporte]**, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/30991>>. Acesso em setembro de 2023.

Sem título. Diário do Paraná, Curitiba, 31 jul. 1982, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/pdf/761672/per761672_1982_08167.pdf>. Acesso em: 25 de jan. 2024.

SOARES, Vitória. O retorno do futebol feminino no Brasil. **Fut das Minas**, 14 jul. de 2020. Disponível em: <<https://futdasminas.com.br/o-retorno-do-futebol-feminino-no-brasil/>>. Acesso em: 26 de jan. de 2024.

TEIXEIRA, Fábio Luís Santos.; CAMINHA, Iraquitã de Oliveira. Preconceito no futebol feminino no Brasil: uma revisão sistemática. **Movimento**, Rio Grande do Sul, vol. 19, n. 1, pp. 265-287, Jan 2013. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/30943>>. Acesso em 4 de outubro de 2023.

TELLES, Gabriella Pereira. País do Futebol... Feminino? A (In)Visibilidade das Mulheres Nas Quatro Linhas. Orientadora: Gabriela Nóra Pacheco Latini. Monografia em Jornalismo. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2017.

UNGERI, Bruno Ocelli; PACHECO, Luísa Carvalho; FALCÃO, Denise. ; ROCHA, Maria Teresa Sudário. Educação Física, gênero e mercado de trabalho: percepções de mulheres sobre a futura área de atuação profissional. **Trabalho, Educação e saúde**, v. 20, p. 1-17, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/mTFDFSPy4wstkZXshZ5WpLh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 20 de março de 2023.

WESTIN, Ricardo. Futebol feminino já foi proibido no Brasil, e CPI pediu legalização. **AGÊNCIA SENADO**, 2023. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/futebol-feminino-ja-foi-proibido-no-brasil-e-cpi-pedi-legalizacao>>. Acesso em 01 de dezembro de 2023.